

## Editorial

### Um ano de Base Ambiental

Em época, ainda, de árdua luta entre Órgãos Ambientais e grandes forças econômicas que insistem na exploração dos recursos naturais como se estes fossem infinitos, neste mês de agosto, a primeira Base Ambiental do Sistema de Proteção Legal da Mata Atlântica completa um ano de funcionamento. Estrutura administrativa composta pelo Ministério Público, Instituto do Meio Ambiente - Ima, Polícia Militar e Polícia Civil, localizada em Amargosa, no recôncavo sul baiano, a Base Ambiental tem obtido resultados valiosos na fiscalização e proteção da Mata Atlântica. Seja na execução de operações especiais seja no atendimento de demandas regulares, confirmou-se a ideia inicial de que a atuação coordenada e integrada destes Órgãos é bem mais eficiente que aquela realizada pontual e isoladamente.

A troca imediata de informações dos Órgãos aliada à pronta resposta às denúncias formuladas pela sociedade, resultou em aumento de autuações ambientais, o que desestimula a prática de novos danos.

Embora os resultados já sejam perceptíveis, a Base Ambiental busca aprimoramento, servindo este primeiro ano de experiência como parâmetro para correção dos erros e replicação dos acertos. Novos equipamentos auxiliarão neste mister, assim como a chegada de outros especialistas, que somarão àqueles já em exercício. Aliás, quanto à atuação do Ministério Público perante o SISPROT, espera-se incalculável ganho com a instalação de Promotoria de Justiça Regional Ambiental, conforme compromisso recentemente divulgado pela Procuradoria Geral de Justiça.

No cumprimento deste desafio, o Numa e demais Órgãos parceiros persistirão na missão de reunir forças para neutralizar as nefastas ações degradadoras à mata atlântica, certos de que seus recursos são finitos e de que, acima de qualquer interesse individual, há obrigação moral e legal de sua proteção e recuperação.

### Coordenação Regional Recôncavo Sul



O Procurador-Geral de Justiça  
Lidivaldo Britto na  
Inauguração da Base  
Ambiental



Base Ambiental  
Amargosa/BA

## VII OFICINA AMBIENTAL

### INSCRIÇÕES ABERTAS

O Numa promove neste mês de agosto, a "VII Oficina Ambiental", que acontece nos dias 20 e 21, no Hotel Pestana, em Salvador. O evento, voltado para o debate e a troca de conhecimento entre membros do Ministério Público da Bahia, Magistratura, órgãos ambientais, Poder Legislativo e da sociedade civil, terá como tema "Mata Atlântica: uma história de devastação. É possível reverter?".

A programação do evento chama atenção para questões como o atual momento ambiental brasileiro e mundial; o papel das estratégias legais de proteção ao bioma, como Reserva Legal; o Termo de Ajustamento de Conduta ambiental e seus possíveis efeitos na Ação Penal Pública e a tutela jurídica da Mata Atlântica nos Tribunais Superiores pátrios, incluindo, também, destaque para a comemoração dos quatro anos de atuação do Numa e o lançamento do Caderno Ambiental 3 – Aspectos Procedimentais da Lei Ambiental Penal.

As inscrições para participar da Oficina e que poderão ser feitas até o dia 14, através do site do MP/BA ou através do telefone (71) 3322-8090, são apenas para membros do Ministério Público.

<b>VII OFICINA AMBIENTAL</b>	<b>20 e 21 de agosto de 2009</b> Pestana Bahia Hotel - Salvador - Bahia
<b>MATA ATLÂNTICA:</b> UMA HISTÓRIA DE DEVASTAÇÃO.	
<b>É POSSÍVEL REVERTER?</b>	
Clique <a href="#">aqui</a> e inscreva-se!	

## ACP pede paralisação de licenciamento de hidrelétrica no Rio Bunharém

A promotoria de Justiça do município de Eunápolis ajuizou no último dia 29/07 uma Ação Civil Pública pedindo a paralisação do processo de licenciamento ambiental requerido pela empresa Renova Energia S.A. para a instalação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pau Ferro nas águas do Rio Bunharém, localizado no extremo sul baiano.

A petição inicial, de autoria do promotor de Justiça João Alves da Silva Neto, questiona o Termo de Referência para realização de Estudos de Impactos Ambientais elaborado pelos órgãos ambientais estaduais, e aponta insegurança para a avaliação dos reais impactos ambientais trazidos pela obra à região, como a construção de mais seis PCH's ao longo do Rio, além da Pau Ferro.

O projeto da PCH apresentou também alteração das dimensões autorizadas para a sua implantação, passando de 8,2 MW para 9,0 MW de potência, sem qualquer autorização concernente ou base legal, além de omissão de áreas cortadas pelo rio suscetíveis aos impactos do empreendimento, como Porto Seguro e adjacências. Uma extensa área de reserva de Mata Atlântica da Fazenda Japonesa, localizada no município de Eunápolis, também seria sacrificada, a qual, inclusive poderá ser considerada pelo Instituto Chico Mendes uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Conhecido também como "Rio do Peixe", o Bunharém possui grande potencial turístico e suas águas propiciam a manutenção de mangues e de um eco-sistema que abriga uma variedade de espécies estuarinas, sendo berço de grande riqueza ambiental da região.

## DesTAC

O Núcleo Mata Atlântica, através da Promotoria de Justiça do município de Itajuípe, firmou, com as empresas Gasene S/A e Petrobras, Termo de Compromisso para construção de um dique provisório sobre o Rio Almada, com vistas à recuperação da área afetada pela construção do gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC) que atravessará a Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa Encantada, por onde passa o rio.

Com o Termo, as empresas se comprometeram também a recuperar a área que será utilizada para a construção do dique provisório, mediante a recomposição da mata ciliar do entorno do rio, que atualmente encontra-se em avançado estágio de degradação.

A Promotoria firmou, ainda, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município, responsável pela manutenção do dique. Nele, ficou estabelecido o compromisso da empresa de regularizar a sua conduta ambiental e apresentar um plano de recuperação da mata ciliar ao redor da zona afetada pela obra, entre outras medidas.

## Nova tecnologia no combate a crimes ambientais

Para auxiliar o desmonte de quadrilhas e identificação dos infratores ambientais, o Ministério Público baiano contará agora com a tecnologia do software de inteligência i2. Uma solenidade no dia 14/07 na sede do MP marcou a entrega do material, feita pela diretora do Instituto do Meio Ambiente (Ima), Beth Wagner ao Procurador-Geral de Justiça Livaldo Britto.

A entrega do software foi considerada um marco pelo Procurador-Geral, enfatizando que poucos órgãos do Brasil têm acesso a tal tecnologia. De acordo com Beth Wagner, o i2 possibilitará a análise e cruzamento dos dados obtidos nas investigações dos crimes ambientais e com ele será possível ter a noção de quem é o verdadeiro infrator, fazer uma ação consequente e racional, sem culpar apenas o elemento mais frágil da quadrilha.

Trabalhos como espacialização de áreas de silvicultura, mapeamento de carcinicultura no litoral do estado e monitoramento das operações contra desmatamento, são feitos atualmente de forma semi-automática, mas a previsão, segundo o coordenador do Numa Sérgio Mendes, é de que até o final do ano tudo seja feito já de forma automática. O promotor afirmou ainda que a idéia é expandir o trabalho a outros biomas do estado.

Participaram do encontro os promotores de Justiça Sérgio Mendes, Marcelo Guedes, ambos coordenadores do Numa, Antônio Villas Boas, coordenador do Núcleo de Inteligência Criminal do MP (NIC), Ana Luzia Santana, coordenadora do Centro de Apoio as Promotorias de Meio Ambiente (Ceama), a coordenadora do GeoNuma, Elisângela Araújo e a coordenadora de Gestão da Informação (Coinf) do Ima, Margareth Peixoto Maia.

## Projeto garante dois mil hectares em Reservas Legais no Baixo Sul do Estado

Os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré serão beneficiados com a transformação de mais de dois mil hectares de mata nativa de propriedades rurais da região em Reservas Legais. Este marco é resultado do Projeto "Floresta Legal", uma parceria entre o Numa, através da Promotoria de Justiça de Camamu, a Fundação José Silveira,



o Instituto Água Boa e a ONG The Nature Conservancy, que mapeou e identificou as áreas inseridas no Corredor Serra das Onças de proteção da Mata Atlântica, durante dois anos.

A demarcação dos locais, que inclui mais 500 hectares como Áreas de Preservação Permanente (APP's), já foi encaminhada à Coordenação do Numa e depois será protocolizada junto ao Instituto do Meio Ambiente (Ima) para averbação. Segundo o promotor de Justiça Edvaldo Britto, à frente da promotoria de Camamu durante realização do Projeto, "a parceria funcionou de forma perfeita, com o trabalho de campo do Instituto e a credibilidade do Ministério Público como Instituição, resultando no alcance de 100% do acordo". Para Jorge Velloso, presidente do Instituto Água Boa, o trabalho em parceria com o MP ajudou a vencer um dos principais obstáculos, que é a burocracia, que muitas vezes afasta o proprietário ou dificulta o processo.

O Numa e o Instituto pretendem dar continuidade ao projeto buscando a delimitação e averbação de mais dois mil hectares de mata nativa como reserva legal na região. Para Velloso, "o objetivo é estender os trabalhos e persistir na conservação da mata, fortalecer as ações e conectar ainda mais as florestas do baixo sul".



## Notas!

**Novo Coordenador da Regional da Costa dos Coqueiros** - O Numa dá as boas-vindas ao mais novo Coordenador Regional da Costa dos Coqueiros, o promotor de Justiça Pedro Araújo Castro, à frente da Promotoria do município de Mata de São João desde 2008. Entre os projetos e expectativas, o promotor destacou que a idéia é fomentar ações em conjunto, já desenvolvidas no âmbito do Núcleo, a exemplo da instalação de uma Base Ambiental na região.

**Projetos TCA Petrobras** - Estão em fase de avaliação os projetos a serem beneficiados com os recursos do Termo de Compromisso Ambiental firmado em junho com a Petrobras. A expectativa da Comissão de Avaliação, formada pelos promotores de Justiça Marcelo Guedes e Renata Tallarico, pela coordenadora do GeoNuma, Elisângela Araújo e pela coordenadora de Gestão da Informação do Instituto do Meio Ambiente, Margareth Maia, é de que os primeiros projetos comecem a ser executados até a primeira quinzena deste mês.

**Promotorias de Justiça Regionais em pauta** - No próximo dia 19, os coordenadores regionais do Numa se reunirão no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (CEAF), em Salvador, para discutir as atividades da "VII Oficina Ambiental", as estratégias de atuação para o segundo semestre de 2009 e os detalhes sobre a criação das Promotorias de Justiça Regionais ambientais, entre outros assuntos.